



PAUTA DOCENTE UFRB – NEGOCIAÇÃO COM A REITORIA

Conforme acordado, encaminhamos justificativas e/ou sugestões de ementas para apreciação na mesa de negociação da administração central da UFRB com o Comando Local de Greve e a APUR:

DEMANDAS APRESENTADAS PELA PAUTA DE REIVINDICAÇÃO DOCENTE

1. Infraestrutura:

a. Fazer gestão junto ao MEC solicitando expansão dos prazos de implantação da UFRB;

Ementa: a expansão do ensino superior na Bahia vem suprir uma lacuna histórica de mais de 70 anos após a implantação da primeira Universidade Federal no Estado da Bahia. Esta iniciativa ocorre simultaneamente com a interiorização e com a reestruturação do ensino superior e tem como principal suporte o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI - Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007), que objetiva ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Este hiato apresenta-nos uma demanda retraída e que precisa ser alcançada por esta instituição, ao tempo que nos revela uma diversidade de saberes e atores que ainda projetam na universidade o espaço de consagração do saber e do conhecimento. O acesso da juventude interiorana, urbana e rural, à UFRB constitui-se como um elemento propulsor e transformador da realidade que caracteriza o Recôncavo Baiano, o Vale do Jiquiriçá, bem como outras regiões até então negligenciadas pelo acesso à universidade pública, especialmente, o interior do Norte e Nordeste do Brasil. Assim sendo, e, compreendendo que o processo de implantação da UFRB ainda está em curso, em sintonia com as demandas do REUNI, com a criação de novos *campi* - Feira de Santana e Santo Amaro, além dos previstos no projeto inicial -, solicitamos que esta Reitoria pleiteie junto ao Ministério da Educação a ampliação dos prazos de implantação da UFRB, assegurando, assim, o custeio necessário para a consolidação desta instituição no interior do Estado da Bahia, pois, faz-se necessária e urgente a implementação de uma infraestrutura física e pedagógica que consolide a educação superior no interior do nosso estado, qualificando os saberes e os conhecimentos gerados nesta instituição.

b. Construção de auditórios;

Ementa: na UFRB, apenas os campi de Cruz das Almas e Cachoeira possuem auditório que permitem a realização de atividades como congressos, simpósios, palestras, apresentações teatrais e projeções cinematográficas. Ainda assim, condições adequadas de dimensionamento acústico, qualidade cênica e iluminação nem sempre existem. Nos demais Centros de ensino, atividades dessa natureza, tornam-se praticamente inviáveis por falta de infraestrutura.

Portanto, na UFRB há uma inadequação geral para promoção de eventos, especialmente os de grande porte. Por exemplo, para o acontecimento do nosso seminário de pesquisa anual, o RECITEC, há um enorme investimento no aluguel de toldos e serviços de som, iluminação e climatização. Desta forma, pleiteamos a construção de auditórios, em todos os *campi*, que sejam capazes de abrigar atividades científico-culturais, com condições adequadas de acústica e iluminação, com estrutura de bastidores e a capacidade para atender aos mais diversos eventos acadêmicos e/ou culturais, propiciando a comunidade da UFRB muito mais que um ambiente restrito a atividades que acolham tão somente um número limitado de pessoas na platéia.

c. Construção de gabinetes individuais para docentes;

Ementa: Levando em consideração a pertinência da construção dos gabinetes, preferencialmente individuais, como *lócus* para realização das atividades docentes, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, as quais demandam, especificamente, a realização de reuniões e atendimento individualizado ao discente, no que se refere ao esclarecimento de dúvidas e/ou processo de orientação justifica-se, em primeiro lugar, porque tais atividades requerem, minimamente, um ambiente propício para o processo de construção e discussão conjunta com o corpo discente. Considera-se também que a inexistência de gabinetes, como se pode observar no CAHL, tem dificultado a permanência dos docentes na instituição e conseqüentemente, tem interferido na qualidade do exercício docente. Apesar de tal realidade, é cobrada do professor a disponibilização de um horário para acompanhamento dos discentes no âmbito da instituição, sem as condições dignas para sua realização. A inexistência de gabinetes, aliada à falta de espaços de sala de aula, têm forçado os professores a realizarem orientações em espaços inadequados, a saber: residências e corredores. Propomos assim, a construção e/ou melhor adequação desses espaços dentro da estrutura da universidade, pois os gabinetes devem ser priorizados na perspectiva de se tornarem espaços por excelência para o desenvolvimento da atividade docente, possibilitando condições mínimas e dignas para o nosso labor.

d. Construção de creches;

Ementa: para uma Universidade que se propõe inclusiva e de excelência, faz-se necessário a edificação de creches. A UFRB reconhece tal necessidade, conforme disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (2011-2014) de nossa Universidade, mais precisamente na página 19. Certamente, tal proposição, não deve ser vista como secundária no documento que orienta o planejamento de nossa instituição. O objetivo da criação de creches universitárias na UFRB é garantir a educação dos filhos/as da comunidade acadêmica (docentes, técnico-administrativos e discentes) por meio da oferta da Educação Infantil para as crianças de zero a cinco anos de idade. Afinal, trata-se de um direito assegurado às crianças, desde a promulgação da Constituição Federal (1988), e, reafirmado tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996). Além disso, os espaços das creches universitárias se constituem como locais privilegiados de ensino, pesquisa e extensão para a comunidade acadêmica, conforme podemos observar em diversas outras IFES. Outrossim, a criação desses espaços na UFRB, insere-se nas políticas de assistência estudantil e permanência qualificada dos mesmos. Nossa instituição tem condições de elaborar ações entre os diferentes cursos, docentes, discentes e servidores técnico-administrativos com o fito de construir uma equipe multidisciplinar capaz de assegurar, conforme prevê a LDB no Art. 29, o desenvolvimento integral das crianças, quer seja nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. Destaca-se, também, que a licenciatura em Pedagogia, localizada no Centro de Formação de Professores, contempla a formação de profissionais da Educação Infantil, logo, tal espaço em muito contribuiria para a formação dos/as pedagogos/as. Desse

modo, solicitamos a imediata contratação dos serviços para que ocorra dentro do prazo previsto em nosso PDI, 2013, a implantação das Creches Universitárias nos *campi* da UFRB.

e. Criação de auditorias de obras de infraestrutura (obras construídas e em construção);

Ementa: vivenciamos nas IFES uma situação caótica no tocante a construção civil: muitas obras paralisadas ou que não foram iniciadas por problemas com empreiteiras. Esses atrasos e interrupções têm diversos vieses que vão desde projetos com problemas técnicos graves, saúde financeira da empreiteira, problemas com autuação judicial e até licitações mal conduzidas. A UFRB é um exemplo claro desse momento vivenciado pela expansão do ensino superior em nosso país. Nos diversos *campi* da UFRB encontramos obras paralisadas, com atraso no cronograma de obras ou que não saíram nem do papel. Assim, a comunidade da UFRB vive uma incerteza em relação à infraestrutura predial, uma vez que completamos sete anos de existência e muitas obras sequer saíram do papel ou estão paralisadas sem uma previsão para finalização. A preocupação da comunidade é exacerbada pela incerteza de garantia do recebimento dessas obras. Sabe-se que o investimento, garantido pelo programa REUNI, esgotou-se no ano passado e vemos que há muito a fazer ainda. Assim, gostaríamos de registrar nosso anseio em saber se os recursos para a finalização e/ou construção da infraestrutura predial, das obras não concluídas, mas previstas, estão garantidos. Além disso, muitas obras finalizadas têm apresentado problemas técnicos e mesmo no prazo de garantia estabelecido esses problemas não têm sido resolvidos. Portanto, a comunidade da UFRB solicita que sejam realizadas auditorias para o esclarecimento quanto ao andamento das obras e, conseqüentemente, planejar seu futuro com maior conhecimento de causa.

f. Ampliação do número de salas de aulas, observando questões acústicas e climáticas;

Ementa: a UFRB é resultado de um projeto de desenvolvimento social implantado pelo governo federal. É sabido, desde o início, que a infraestrutura necessária ao êxito do projeto deveria prever também a futura ampliação da instituição. Além disso, é elementar o fato de que tal infraestrutura deva adequar-se às demandas da atividade docente. Contudo, o que se pode concluir até o presente momento é que as salas de aula, além de, em sua maioria, não possuírem condições acústicas e climáticas, são insuficientes, o que força os Centros a adotarem medidas alternativas, colocando em dúvida o adequado andamento do desenvolvimento institucional. Lembremo-nos que condições de trabalho inadequadas influenciam, de forma negativa, a excelência da atividade de ensino. Logo, solicitamos a realização de um estudo sobre as demandas, advindas da inclusão de novas turmas em nossa instituição nos próximos semestres, bem como a adoção de medidas que intentem mitigar os prejuízos causados pelo exercício da profissão docente em ambientes com limitações acústicas e/ou climáticas.

g. Edificação de laboratórios que melhor contemplem as atividades de pesquisa e de extensão;

Ementa: os investimentos de implantação e de expansão da UFRB têm sido aplicados, até então, basicamente em infraestrutura voltada para o ensino. Até pouco tempo a política adotada pela UFRB visava à individualidade de grupos e indivíduos que tinham condições de pleitear editais de infraestrutura através de agências de fomento. Não havia investimentos próprios na construção de laboratórios, tampouco para aquisição de equipamentos e insumos para atividades de extensão e pesquisa. Para o corpo docente da UFRB essa é uma política equivocada, uma vez que a instituição possui um grande número de docentes sem o título de

doutor, que dificulta o pleito de editais. E para os doutores não é fácil concorrer com os pares de instituições já bem estabelecidas, mesmo com a política do governo federal de dedicar em alguns de seus editais um montante destinado exclusivamente para as regiões Norte e Nordeste. Não é coerente à UFRB discursar sobre a indissociabilidade entre o ensino, a extensão e a pesquisa e investir recursos exclusivamente em atividades de caráter puramente de ensino. Investimentos em pesquisa são importantes para amenizar as desigualdades nos campi da UFRB, onde os cursos de pós-graduação *stricto sensu* estão concentrados basicamente no campus de Cruz das Almas que, a despeito de debates outros, herdou uma infraestrutura basilar da antiga Escola de Agronomia da UFBA. Por mais que se insista que os recursos são restritos, não há como negar que a cultura aí desenvolvida em função do programa de pós-graduação em Ciências Agrárias favoreceu um maior incremento da pesquisa. Portanto, para o corpo docente da UFRB a política de fomento a ser adotada deve ir além do fornecimento de bolsas de iniciação científica, pois sem a infraestrutura adequada os trabalhos desenvolvidos não poderão alcançar o mérito daqueles pesquisadores de outras IFES cuja infraestrutura tem possibilitado ao docente o pleno exercício de seu ofício, galgando, inclusive, novos horizontes e reconhecimento nacional e internacional. Logo, é salutar que a UFRB perceba sua singularidade e proponha políticas que possam estimular o desenvolvimento da extensão e da pesquisa no seu âmbito como um todo. Tais políticas necessariamente requerem um investimento de recursos para construção laboratorial, aquisição de mobília, equipamentos e insumos.

h. Construção de espaços de convivência (restaurantes universitários acessíveis a toda comunidade acadêmica, áreas de lazer, etc.);

Ementa: o ponto sete (Infraestrutura física e instalações acadêmicas) do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, de 2010 a 2014, assim registra na p. 120: "*A UFRB deverá implantar nos diferentes campi, estruturas físicas para atendimento dos diversos cursos, seguindo as diretrizes básicas de ampliação do acesso e permanência dos discentes. As estruturas físicas compreendem obras e instalações, principalmente: pavilhões de aulas, edificações para funcionamento da administração, laboratórios didáticos e de pesquisa, bibliotecas, residências estudantis, **quadras poliesportivas e áreas de convivência e lazer***" (grifo nosso). Além disso, o mesmo PDI se obriga a fomentar a vivência e vida comunitária, por meio de programas específicos da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), que concretizem ações de inclusão e de partilha de experiências históricas, sociais, culturais e identitárias locais, dentre outros (PDI, p.11). Ou seja, há necessidade expressa de se fazer cumprir a missão institucional da UFRB que tangencia-se pela criação de intersecção real com a sociedade e entre os pares da comunidade universitária. Contudo, esse conteúdo diferenciador da própria missão tem sido desqualificado pela ausência de ambientes construídos para a valorização das culturas locais, a partilha e a sociabilidade, delegando somente à improvisação e ao esforço grupal os encontros na comunidade universitária. Não raro é que as escadas, os corredores e os espaços de tráfego sejam utilizados para a vivência e as conversas entre as pessoas. Ainda que isso represente a criatividade humana, a inadequação restringe as possibilidades de fortalecimento dos vínculos afetivos, psicossociais e políticos entre a comunidade acadêmica e desses com a sociedade. Assim, faz-se necessário para o cumprimento do PDI e do programa dessa gestão, a partir do estabelecimento de um cronograma de construção até 2014 de espaços de vivência multi-uso (onde o encontro, a realização de atividades artísticas – exibição de filmes, exposição fotográfica, teatro, etc. – possam ser desenvolvidos); espaços para o exercício das mais diversas práticas esportivas (como quadras poliesportivas devidamente estruturadas), levando em consideração as normas de acessibilidade atualmente vigentes. Reforçamos que a universidade tem por responsabilidade tornar públicos esses espaços contribuindo para o desenvolvimento sócio cultural do Recôncavo da Bahia, do Vale do Jiquiriçá

e das outras regiões nas quais a UFRB objetiva se instalar, tal como o semi-árido baiano, na cidade de Feira de Santana.

i. Aumento do acervo das nossas bibliotecas, garantindo a bibliografia básica para o funcionamento dos cursos existentes;

Ementa: o acervo das bibliotecas da UFRB precisa contemplar obras contemporâneas que dialoguem com os saberes difundidos no cenário nacional e internacional, bem como assegurar o acesso a títulos clássicos das diversas áreas do conhecimento. Além disso, compreendemos que as bibliotecas são, por excelência, os espaços em que a concepção do universal se materializa dentro da academia. Daí a prioridade e o cuidado que os nossos gestores devem atribuir aos acervos bibliográficos da UFRB, no sentido de ampliá-los e preservá-los. Contudo, tem sido um desafio coletivo desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, sem dispormos de acervos bibliográficos que contemplem as ações inerentes ao fazer acadêmico. Atualmente, muitos docentes fazem uso de sua biblioteca particular para o exercício das atividades institucionais, pois, muitos dos títulos elencados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) não estão disponíveis nos acervos da UFRB. Além desse aspecto, que consideramos indício de precarização do trabalho docente, nos preocupa o fato de que o acervo bibliográfico, atualizado e referenciado no PPC dos cursos, revela-se um dos itens avaliados durante o processo de reconhecimento dos cursos de nossa instituição. Diante do exposto, gostaríamos de pleitear a adoção das seguintes ações: i) readequar e/ou construir bibliotecas com o espaço físico apropriado para os acervos utilizados nos *campi*, inclusive com controle de temperatura e umidade para preservar a qualidade material das obras; ii) otimizar os procedimentos internos (setor de compras, biblioteca central e bibliotecas setoriais) de modo a assegurar um efetivo acompanhamento das solicitações apresentadas pelos colegiados de curso; iii) agilizar os processos licitatórios para aquisição de novos títulos, assegurando o prazo limite de seis meses para a solicitação, a licitação, a aquisição, o tombamento e a disponibilização nos acervos de nossas bibliotecas.

j. Aquisição de materiais e equipamentos para os laboratórios didáticos;

Ementa: sabe-se que são inúmeras as reclamações dos docentes no que diz respeito à falta de equipamentos e/ou materiais de consumo indispensáveis para as aulas práticas. Repetidas vezes os docentes enviam listas de materiais de consumo aos núcleos responsáveis dos centros de ensino, mas os mesmos, em diversas oportunidades, não são adquiridos. Dentre estes materiais, podem-se citar reagentes, alcoóis, ácidos, detergentes, lâminas, algodões, seringas, papéis, etc. A medida adotada por muitos destes profissionais, como tentativa de sanar as deficiências, tem sido a aquisição com verbas próprias, dos materiais e equipamentos mais essenciais, para que possam cumprir seu trabalho e para que os discentes não sejam prejudicados com a ausência destas atividades, o que entendemos como uma prática incorreta. Sendo assim, é preciso estabelecer um planejamento para aquisição dos itens básicos, bem como dos equipamentos necessários ao regular ofício docente. Prioritariamente, sugerimos que sejam atendidas as demandas já apresentadas por docentes, algumas encaminhadas desde 2006. Além disso, é necessário criar mecanismos mais ágeis e dinâmicos para a aquisição desses itens para o uso cotidiano em nossa instituição, de modo a cobrir os hiatos advindos dos atrasos nas compras, pois alguns itens são básicos para a realização de nossas aulas práticas, como, por exemplo, o álcool utilizado para a esterilização dos equipamentos, que devem, obviamente, ter a sua disponibilidade garantida por nossa instituição. O mesmo vale para os serviços de manutenção em nossos equipamentos. Vale ressaltar que este ponto é de extrema importância para a qualidade do ensino nos *campi* da UFRB e é urgente seu atendimento.

k. Apoio direto para a manutenção dos laboratórios e ou equipamentos, via contratação de empresa especializada ou pessoa física - manutenção preventiva e corretiva de equipamentos;

Ementa: o desenvolvimento, pleno e de qualidade, das atividades de ensino, pesquisa e extensão requer o emprego de materiais e equipamentos em perfeito estado de funcionamento, a fim de garantir a confiabilidade das informações obtidas. Porém, para que isto ocorra faz-se necessário a manutenção periódica dos mesmos. Esta implica na disponibilidade rotineira de técnicos especializados que assegurem agilidade e qualidade na execução dos serviços solicitados. A UFRB não dispõe de um setor capaz de atender as demandas dos Centros de Ensino e isto tem provocado o atraso no desenvolvimento de diversas atividades, quando não são comprometidas totalmente. É importante frisar que a falta de manutenção dos laboratórios e/ou equipamentos tendem a gerar enormes prejuízos a Instituição, de ordem financeira e intelectual. Vale ressaltar que quando um equipamento/instrumento apresenta defeito e a manutenção não é dada em tempo hábil, isto pode levar a deterioração de outras peças, além daquelas já defeituosas, implicando em maiores prejuízos. Diante do exposto, é fundamental que a UFRB invista na melhoria das condições de trabalho, através da contratação de pessoa física e/ou empresa especializada para este fim.

I. Garantir a acessibilidade física e pedagógica na UFRB;

Ementa: o Brasil passou por profundas mudanças relacionadas às políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência nos últimos dez anos. Houve avanço da organização social e a necessidade do respeito aos direitos fundamentais da pessoa com deficiência. Contudo, apesar desse avanço, lamentavelmente as políticas educacionais ainda não tem assegurado o acesso e a permanência das pessoas portadoras de deficiência em nossas universidades. As próprias políticas afirmativas que, em nosso entender, deveriam contemplar esse grupo socialmente desfavorecido, os excluem em suas ações, e, na UFRB, essa prática não tem sido diferente. A exemplo disso, cabe destacar que as instalações físicas de nossa instituição, mesmo as construídas recentemente, não estão devidamente adaptadas ao atendimento desses cidadãos, pois, invariavelmente, não dispomos em nossas edificações de adequação física que possibilite a acessibilidade dos deficientes físicos e cegos. Outra questão, que nos aponta para a não inclusão, na UFRB, das pessoas com deficiência, é o fato do processo seletivo em nossa instituição, o SISU, não reservar cotas para deficientes. Uma universidade que pretende reparar desigualdades, que nasce voltada para uma política de interiorização e que busca equidade precisa ter uma política de inclusão. Assim, ao acreditar que a UFRB tem um caráter renovador e nasce no bojo das discussões sobre os direitos de igualdade, compreendemos que nossa universidade não pode se ausentar de uma política que fortaleça a emancipação social dos deficientes no Recôncavo Baiano e Vale do Jiquiriçá. Por isso, a UFRB deve discutir e instituir núcleos de acessibilidade que possam ampliar o acesso das pessoas com deficiência em todos os espaços institucionais, garantindo sua participação nas atividades que são desenvolvidas na instituição, quer sejam: atividades de ensino, projetos de pesquisa, extensão, intercâmbio e/ou cooperação técnico-científica. Ainda, a UFRB, deve promover a formação de profissionais da instituição para o uso dos recursos de tecnologia assistiva, da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros códigos e linguagens para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência na educação superior. Deste modo demandamos: i) incluir nas políticas de ações afirmativas cotas para deficientes; ii) reservar cotas para deficientes no processo seletivo da UFRB; iii) garantir as condições de acessibilidade física a todos os espaços internos e externos da universidade de acordo com os parâmetros antropométricos segundo as normas da ABNT; iv) garantir acessibilidade ao currículo e a inclusão instrucional, de comunicação e atitudinal, qualificada, equânime e democrática as

pessoas portadoras de deficiência; v) implementar as ações do núcleo de acessibilidade em todos os Centros; vi) garantir serviço de tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa em sala de aula, eventos acadêmicos e outros espaços educacionais, bem como, equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso a informação e a comunicação; vii) promover espaços de discussão e formação sobre os direitos das pessoas com deficiência, acessibilidade e inclusão social como ação permanente de uma política institucional.

m. Acesso a internet banda larga de qualidade;

Ementa: internet rápida e de qualidade é mais do que uma necessidade do trabalho cotidiano da comunidade acadêmica da UFRB. Deve ser pensada como um instrumento de divulgação de todo o conhecimento produzido pela Universidade. Aqui vale considerar o impacto profundo sobre a população do Recôncavo que seria dado caso a UFRB fornecesse internet gratuita para todos os cidadãos das cidades sede de nossos *campi*. Com certeza isso aumentaria, sobremaneira, a capacidade de nossos cursos e instrumentos de comunicação de influenciar o cotidiano e o *habitus* das pessoas. Uma ação de inclusão digital como essa, talvez, seja inédita no país. No entanto, a rede usada na UFRB é muito instável, a conexão cai frequentemente, as taxas de download e upload são muito baixas, a atual é de 0,5 Gbps (Gigabits por segundo) a 1 Gbps, ocasionando dificuldade na realização de pesquisas e buscas em repositórios de dados remotos. É praticamente impossível executar aplicações de videoconferência, algo que se revela essencial para uma instituição multicampi, a quantidade de alunos, professores e técnicos aumenta continuamente, todavia, a estrutura de internet permanece defasada e não atende às demandas da comunidade da UFRB. O problema se torna ainda mais grave quando não há periódicos especializados na biblioteca, senão aqueles que são financiados pelas redes de fomento. Entretanto, temos pouco acesso aos periódicos de nossas áreas, pois eles nem sempre são disponibilizados pela rede de internet. Apenas como ilustração, podemos citar os *transactions* do IEEE, IEE e IFAC, que são os periódicos de primeira linha na área de engenharia elétrica, engenharia da computação, automação. Entretanto, com o nosso link atual, não se consegue baixá-los, nem mesmo os/as bibliotecários/as o conseguem. Além disso, outro problema sério aliado à internet é a inoperância da UFRB em providenciar os softwares para ensino e treinamento, como no caso da área de engenharia, em que os programas foram requisitados há mais de três anos. A UFRB não permite a instalação de softwares piratas, o que compreendemos perfeitamente, mas, por outro lado, não adquire os sistemas legais, assim os alunos não têm laboratórios e não podem, ao menos, simular os problemas, adquirindo, por conseguinte, habilidades operacionais com os softwares que irão trabalhar no futuro. Tal situação precisa ser solucionada com a maior brevidade possível, tendo em vista o prejuízo acadêmico de nossos discentes e docentes que desenvolvem pesquisas com tais softwares. No tocante a velocidade para o fluxo de dados em nossa rede, tecnicamente, para atender as demandas listadas acima e as necessidades de pesquisa, ensino e extensão, recomenda-se no mínimo uma conexão entre 5 Gbps e 10 Gbps.

n. Urbanização e manutenção adequada dos campi (pavimentação das vias de acesso, arborização, construção de vias para pedestres, etc.);

Ementa: nota-se que não existe, na grande maioria dos casos, um planejamento urbanístico nos *campi* da UFRB. Isso é claro quando se observa a ausência de pavimentação nas vias de acesso, e mesmo dentro de alguns dos *campi* de nossa instituição. Assim, destacamos: i) a ausência de pavimentação nos estacionamentos, como, por exemplo, os pavilhões de aulas do campus de Cruz das Almas, que ficam praticamente inacessíveis em épocas de chuvas, devido a grande quantidade de lama nos acessos; ii) a ausência de um espaço adequado nos estacionamentos relativo ao número de usuários dos mesmos, como, por exemplo, no campus de Santo Antônio de Jesus; iii) a ausência de vias para pedestres entre os prédios da UFRB e

entre estes e os portões de acesso; iv) a ausência de informação da localização de novas edificações associado a um planejamento de arborização dos campi. Nota-se ainda uma falta de manutenção contínua das áreas verdes, como, por exemplo, o crescimento exacerbado de gramíneas exóticas nas áreas nobres e urbanizadas. Somado a isso, salienta-se a falta de acessibilidade, como rampas e vias adaptadas a portadores de necessidades especiais, dentro dos prédios e no acesso a estes. Na tentativa de sanar estas dificuldades, apontam-se como alternativas: i) criação de pelo menos uma prefeitura que seja responsável pela urbanização e manutenção geral dos *campi*, com recursos mínimos para a manutenção de equipamentos e consertos emergenciais, possibilitando a manutenção diária desses espaços; ii) definição e apresentação, por parte da SIPEF, de um projeto que contemple o planejamento das construções das futuras instalações, vias públicas e urbanização das mesmas, pensando na acessibilidade e na praticidade do acesso às instalações.

o. Plano de gestão de resíduos sólidos e líquidos (laboratórios, hospitais, instalações zootécnicas, etc.);

Ementa: diante das demandas mundiais com as questões ambientais e de saúde pública, é importante que uma instituição como a UFRB adote uma postura mais proativa no sentido de contribuir com o melhor aproveitamento e/ou descartes de resíduos (sólidos e líquidos) produzidos nos seus variados espaços (laboratórios, hospitais, instalações zootécnicas, etc.). Afinal, nos seus sete anos de existência a UFRB certamente tem um saldo negativo nas questões de descarte e reaproveitamento de resíduos. Isto se torna mais crítico quando pensamos no processo de formação e segurança das comunidades acadêmicas e dos municípios que sediam os *campi* dessa instituição. Nesse sentido, faz-se impreterível que seja instituída uma comissão para tratar desse assunto, e que os dados levantados por esta sejam norteadores para implementação urgente de uma política que priorize a institucionalização de práticas adequadas no descarte de resíduos. Solicitamos que na logística de trabalho da referida comissão haja participação efetiva de representantes de todos os Centros de Ensino, a fim de que possamos tornar mais eficiente o processo de levantamento dos resíduos gerados e das necessidades peculiares a cada centro. O Plano de Gestão de Resíduos deverá atender as legislações vigentes sobre o assunto – Lei 9605/1998 – Lei dos Crimes ambientais, Lei 7799/2001 e Decreto 7967/2001 – Legislação Ambiental do Estado da Bahia, Resolução CONAMA 283/2001 – Tratamento e destinação final dos resíduos dos serviços de saúde, Resolução CONAMA 05/1993 – Normas relativas aos resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários, Resolução CONAMA 358/2005 – Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.

p. Redimensionamento das redes e instalações elétricas dos prédios.

Ementa: para que a UFRB atinja alto padrão de excelência acadêmica, inclusive como centro de pesquisa regional e nacional, faz-se necessário tratar com atenção o debate sobre a qualidade e a eficiência energética em nossa instituição. Neste aspecto, verificamos atualmente diversas reclamações, dentre elas, apenas como ilustração, citamos: i) queda dos disjuntores e oscilação na energia na sala dos professores no CAHL; ii) falha, seguida de queda, e oscilação do fornecimento da energia nos laboratórios de Química; iii) incapacidade de operação simultânea de equipamentos, levando a falha, seguida de queda, e oscilação do fornecimento da energia em diversos laboratórios, tais como, Biotecnologia Microbiana, Genética Microbiana, Bioquímica Microbiana, comprometendo os experimentos e seus resultados; iv) falha, seguida de queda, e oscilação do fornecimento da energia para a bomba d'água nos laboratórios de Química impedindo a realização de experiências por falta de água para limpeza dos dispositivos e equipamentos; v) falha, seguida de queda, e oscilação do fornecimento da energia nos laboratórios de biotecnologia e zoologia; vi) cabeamento de

fornecimento de energia exposto no laboratório de computação, sala 112, do Pavilhão I; vii) falha, seguida de queda, e oscilação do fornecimento da energia no laboratório de taxonomia vegetal e Herbário do CCAAB; viii) falha, seguida de queda, e oscilação do fornecimento da energia no laboratório de reprodução animal; ix) embora instalados, os aparelhos condicionadores de ar estão inoperantes, em diversos setores da nossa universidade, a exemplo do CAHL, pois os circuitos do prédio não os suportam; x) falha, seguida de queda, e oscilação do fornecimento da energia nos gabinetes, laboratórios de informática e salas de aulas no CFP. Enfim, como se pode notar, nos diversos centros da UFRB, sem exceção, temos graves problemas relacionados à garantia da qualidade do fornecimento da energia elétrica. Sabemos, e isto é fato inconteste, que para haver progresso, crescimento e excelência, é necessário aumentar o fornecimento da energia elétrica, sabemos também que é preciso manter a qualidade do fornecimento deste serviço. Diante do exposto, gostaríamos de chamar a atenção para os seguintes aspectos: 1) diversas salas de aulas, laboratórios, salas de serviços e setores da UFRB, tem frequentes quedas de energia, interrompendo aulas dinâmicas e experiências, bem como a perda de trabalhos que estão sendo digitados, interrompendo, também, a comunicação através dos computadores. Lamentavelmente, a frequência desses eventos tem sido muito superior às exigidas pelas normas técnicas nos diversos centros da UFRB. Estas quedas podem vir de problemas oriundos, primeiramente, da concessionária, ou, em segundo lugar, da incapacidade de adaptação física à quantidade de cargas acrescentadas devido ao crescimento e a modernização da universidade. É preciso reconhecer que tal situação indica, também, a dificuldade da UFRB em adaptar-se, ou melhor, planejar-se diante da sua expansão, prevendo tais problemas e realizando, preventivamente, as adaptações necessárias para assegurar o regular fornecimento de energia elétrica. Isto porque as instalações elétricas de um prédio são projetadas para uma carga específica que não podem ser ampliadas a partir da capacidade máxima esperada, que deve ser prevista no projeto. Quando, uma empresa externa vence um edital, podem ser adotadas práticas, no processo de construção da obra, que visem minimizar os custos, outra questão, a ser levada em consideração, é a utilização projetada para edificação, bem como, o número de usuários e os turnos de funcionamento. Quando se expande este número de usuários, o que é típico no processo de expansão da UFRB, ou os novos usuários requerem novas cargas, mais equipamentos, ou ainda, cargas mais modernas, mais potentes, com capacidade superior ao previsto, ou em número superior ao previsto, isto ultrapassa o limite do projeto levando ao desarme dos disjuntores. Nesta condição, se faz necessário a ampliação das dimensões dos fios para suprir a carga e, em consequência, a ampliação dos disjuntores ou do aumento do número de circuitos com outros disjuntores. Estes problemas ocorrem também, muito provavelmente, por causa da aprovação de empresas com pouca experiência na execução de serviços da grandeza e da complexidade exigidas por nossa universidade. Soma-se, a esse fato, problemas relativos ao processo de fiscalização das obras realizadas em nossa instituição, em que destacamos o reduzido número de servidores habilitados a realizar as fiscalizações, associado, ainda, a falta de especialização dos mesmos; 2) junto com isto, encontramos também os problemas das oscilações, no nível de tensão, que indicam problemas graves no fornecimento de energia: i) a falta de capacidade dos equipamentos e transformadores de distribuição da energia, associada a falta de cuidado da concessionária com os consumidores que causam poluição na qualidade da energia elétrica entregue pela concessionária, o que tecnicamente denomina-se efeito flicker, motivada, inclusive, pela falta de especialização dos operadores do serviço; ii) os problemas do item anterior, também podem estar relacionados a sobrecarga do sistema da própria universidade, bem como de suas próprias fontes poluidoras que, provavelmente, são oriundas do excesso de equipamentos e conversores de energia, tais como aqueles utilizados por aparelhos eletrônicos, principalmente eletrônica digital (computadores, carregadores de celulares, projetores de multimídia, impressoras, equipamentos de laboratórios, etc) e, se assim o forem, devem avançar a taxas insuportáveis no futuro; 3) outro problema grave, é a limitação da operação de aparelhos em laboratórios, e

no campo causado pela modernização e ampliação da quantidade e capacidade dos equipamentos. Isso é decorrente da falta de capacidade, dos equipamentos de distribuição e das instalações da própria UFRB, em suprir a energia demanda. Isto mostra despreparo e a mais absoluta falta de planejamento na elaboração dos projetos, legitimando, por fim, estratégias alternativas inapropriadas e, em alguns casos, de alto risco aos usuários. Todos estes problemas supracitados podem estar atrelados a atribuição, dos projetos dos novos laboratórios, à pessoas, em muitos casos externas a instituição, que não possuem experiência técnica para atender nossas demandas, ou, em casos mais extremos, claramente incapacitadas para a realização das tarefas que lhes são direcionadas, quer porque não possuem a devida habilitação, ou porque, enquanto iniciantes na carreira, visam somente o atendimento dos seus anseios sem conhecer as reais necessidade das edificações. Tais profissionais, quando a qualificação assim cabe, não possuem a real noção da magnitude dos equipamentos necessários em nossos laboratórios e, em muitas ocasiões, acabam por subdimensionar as redes elétricas dos mesmos para os equipamentos do seu universo de conhecimento, mas, quando chegam os novos aparelhos, percebe-se a necessidade de, por exemplo, ampliar a carga das edificações. Daí, a paradoxal situação vivenciada em alguns de nossos laboratórios, em que é preciso optar pelo equipamento a ser utilizado, mantendo somente um ou outro aparelho ligado, enquanto, os outros necessitam esperar sua vez para serem operados sem problemas. Problemas dessa natureza atrasam as pesquisas, colocam em risco os resultados de trabalhos realizados durante meses, comprometem, assim, o nosso tempo, trazem também prejuízos financeiros, limitam e desmotivam os pesquisadores, dificultando e colocando em dúvida a possibilidade da construção de espaços qualificados e de excelência acadêmica na UFRB, em especial, no tocante à pesquisa, mesmo porque temos sérias dificuldades em manter com qualidade, os serviços básicos, comprometendo a educação e a formação básica de profissionais para a região do Recôncavo, da Bahia, do Brasil e do Mundo. Logo, demandamos soluções imediatas que assegurem o regular fornecimento de energia elétrica em nossa instituição, bem como, propomos a ampliação e qualificação do quadro de funcionários responsáveis pelo planejamento, pela fiscalização e pelo acompanhamento das obras realizadas na UFRB.

2. Trabalho docente na UFRB:

a. Manutenção do regime de Dedicção Exclusiva de 40 horas de trabalho, como forma de contratação preferencial;

Ementa: ratificar o Regime de Dedicção Exclusiva como regime preferencial do corpo docente da UFRB, com a finalidade de estimular e favorecer a realização da pesquisa e da extensão nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como contribuir para a eficiência do ensino e da difusão de ideais e conhecimentos para a comunidade. Pleiteamos que as vagas disponibilizadas em concurso público continuem sendo para o regime de Dedicção Exclusiva, admitindo-se a flexibilização para o regime de 20 horas, ou 40 horas, desde que não haja prejuízo ao exercício regular da função docente.

b. Gestão junto ao MEC para garantir ampliação do quadro docente permanente;

Ementa: o quadro docente de uma Instituição de Ensino Superior deve ser capaz de atender simultaneamente as demandas relacionadas à formação de profissionais (ensino), de produção acadêmica e científica (pesquisa) e de cunho interativo com o público externo (extensão), o que, por si, representa uma enorme responsabilidade. Para dar cumprimento a essas tarefas é exigido, quase sempre, do docente uma carga horária de trabalho em sala de aula maior do que às oito horas estabelecidas, como mínimo, na LDB. Um empenho extra para atender as atividades de pesquisa e extensão e, ainda, a participação em atividades de cunho

administrativo. Por outro lado, é cobrado do docente a melhoria de seu nível de qualificação, por meio da obtenção de títulos, como o de doutor, requisito quase sempre necessário para a participação em diversas modalidades de editais, como também o aumento do número e qualidade de sua produção científica. Junte-se ao exposto, a necessidade de compor um quadro funcional que atenda às demandas já existentes nos cursos de graduação em funcionamento na UFRB e a perspectiva de criação de novos cursos de Pós-graduação. Assim, é preciso garantir a contratação de novos professores, para ampliar o quadro docente permanente, contribuindo, inclusive, para que os atuais professores, especialmente os assistentes com mestrado, possam se afastar para cursos de Pós-Graduação, no menor espaço de tempo possível. Entendemos como importante para a UFRB a qualificação do seu quadro docente e a ampliação do quadro atual constitui-se num dos mecanismos fundamentais para essa meta.

c. Assegurar mecanismos que viabilizem as atividades de ensino, pesquisa e extensão (materiais e equipamentos);

Ementa: trata-se de um problema delicado e da esfera do planejamento e da gestão que demanda aporte de recursos financeiros e o controle de almoxarifado. O fato é que constantemente os/as docentes da UFRB reclamam da falta de materiais e equipamentos para a realização de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Há casos de docentes que colecionam inúmeras notas fiscais relativas à aquisição, com recursos próprios, de artigos os mais diversos, tais como reagentes, álcool, ácidos, detergentes, lâminas, algodão, seringas, cadeados, impressoras, scanner, tonner, papel, etc. Portanto, precisamos alcançar um tipo de arranjo institucional para equacionar as demandas por suprimentos. Em primeiro lugar, seria razoável obter, de cada docente, a estimativa da sua demanda anual, e criar mecanismos que facilitassem a aquisição mais rápida de materiais e equipamentos para o uso cotidiano em nossa instituição, de modo a cobrir os hiatos advindos dos atrasos nas compras, nos pregões, etc. Uma segunda sugestão, seria o levantamento dos equipamentos e materiais indisponíveis em nossa instituição que são fundamentais para o desenvolvimento do trabalho docente. O fato é que as atividades básicas de ensino, como a aula prática em laboratórios de pesquisa, desde o álcool para esterilização de equipamentos, por exemplo, devem permanecer garantidas. O mesmo vale para os serviços de manutenção dos equipamentos.

d. Incentivo pecuniário a publicações e traduções;

Ementa: a Avaliação Institucional, especialmente ao nível de Pós-Graduação, inclui a quantidade e o nível das publicações geradas por seus docentes. Além disso, outro fator importante é a publicação em revistas estrangeiras, como forma de ampliação da inserção internacional da instituição. Atualmente, muitos docentes custeiam a publicação de artigos em revistas e anais de eventos com recursos do próprio salário, bem como utilizam recursos próprios para contratar tradutores externos. Compreendemos que o apoio institucional a essa demanda deva ser um compromisso formal, uma vez que a avaliação da produção técnica institucional do quadro docente de nossa universidade resulta, por conseguinte, na qualificação da mesma através de pontuação em rankings. Assim, apesar de discordâncias quanto ao método, esse tem sido um dos critérios adotados, por governos de diversos matizes ideológicos, no momento em que planejam a alocar os recursos públicos, influenciando também o poder de gestão para captação de recursos externos. Face o exposto, reivindicamos o estabelecimento de ações junto a PRPPG, para atender nosso pleito.

e. Garantia das condições e ampliação das diárias disponibilizadas e concessão de passagens para os docentes participarem de eventos acadêmicos;

Ementa: uma das condições para a excelência e a inclusão acadêmica, especialmente quando consideramos a pesquisa e a extensão, diz respeito ao intercâmbio de experiências e saberes. Contudo, a política de contingenciamento de diárias e passagens nos impõe um sério limite ao deslocamento e a participação, de representantes de nossa comunidade acadêmica, em eventos de natureza científica e/ou cultural. Ora, com duas diárias e meia, por semestre, não é possível estabelecer o intercâmbio institucional necessário para que possamos difundir nossas experiências, inclusive, a produção de nossa Universidade nos fóruns acadêmicos nacionais e internacionais. Entendemos que essa política restritiva é absolutamente inaceitável, pois o valor disponibilizado para as diárias não possibilita a participação em diversos eventos, especialmente, os de projeção nacional e internacional. Além disso, enfrentamos dificuldades na concessão das passagens aéreas, pois, em geral, os processos são indeferidos ou, conforme relatos de alguns docentes, se quer são apresentados tendo em vista as barreiras burocráticas. Em linhas gerais, percebemos que a maioria dos docentes da UFRB tem custeado as despesas para a difusão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que, a rigor, são atividades institucionais. Assim, os profissionais desta universidade retiram recursos de seus salários em prol da elevação conceitual da UFRB. Logo, demandamos o incremento das diárias a serem disponibilizadas por evento. Do mesmo modo, solicitamos que a disponibilização da cota seja anual. Por fim, pleiteamos que sejam disponibilizados, aos docentes, através de critérios claros os recursos para utilização ou ressarcimento de passagens aéreas para participação em eventos de natureza acadêmica e/ou cultural.

f. Disponibilizar transporte e diárias para a realização de aulas de campo;

Ementa: o ensino acadêmico deve preparar o profissional em formação para a vida. Isso significa conhecer, preferencialmente em loco, a diversidade sócio-espacial, as nuances culturais, as materializações das diferenças de classe, a dinâmica da natureza, as diversas formas de organizar a vida produtiva no estado e no país. Na universidade, isso implica em uma política financeira interna que garanta o deslocamento, através de veículos institucionais, dos docentes e dos estudantes, bem como, o pagamento de diárias quando o deslocamento exigir o pernoite dos profissionais que atuam em nossa instituição. Todas as universidades consolidadas possuem uma política dessa natureza. Na UFRB, apesar dos currículos definirem uma carga horária específica de aulas práticas, nota-se que lamentavelmente nossa Universidade não apresenta uma política financeira que assegure o cumprimento das ações extramuros, fato que se agrava quando consideramos as condições socioeconômicas dos nossos estudantes. O resultado é que os docentes responsáveis por componentes curriculares que possuem aulas práticas e teóricas se limitam, em certas ocasiões, a esta última, pois, para realizar as aulas práticas que demandam deslocamento externo, precisam estabelecer uma relação, na maioria das vezes, conflituosa ou, em alguns casos, de solicitações de favores com a logística de transporte da UFRB. Isto se dá, possivelmente, por um ordenamento que atribui prioridades as atividades administrativas, em detrimento das ações acadêmicas, o que precariza, por conseguinte, o nível de ensino, da pesquisa e da extensão em nossa instituição. Desse modo, demandamos: i) o pagamento de diárias para a realização de aulas de campo; ii) disponibilização regular do transporte para a realização das aulas de campo; iii) melhor integração da logística de transporte de nossa instituição.

g. Melhoria do apoio logístico para as ações da multicampia;

Ementa: a UFRB está inserida no Recôncavo Baiano, região relevante para a definição dos referenciais identitários do nosso Estado. Certamente, um dos maiores desafios de nossa instituição é a ressignificação da imagem desse espaço-tempo, que demanda novas projeções em diversas escalas, local, regional, nacional e internacional, a partir de sua riqueza cultural e de suas potencialidades econômicas. Para tanto, a UFRB, ao espacializar-se pelo Recôncavo,

abre um leque de possibilidades em que o saber acadêmico dialoga com os saberes do povo. Contudo, precisamos operacionalizar referenciais que possibilitem o trânsito desses saberes, evitando assim o isolamento geográfico e acadêmico. Daí que a multicampia deva ser compreendida como uma ação prioritária de nossa instituição. Entretanto, sua materialidade, também deve ser institucionalizada, pois não podemos, enquanto docentes, assumir o ônus do Estado que não nos remunera pelas horas extras "*in itinere*", pelas horas extras intrajornadas, pelos custos das refeições realizadas, pelas horas aguardando o transporte, em local nem sempre adequado, bem como, nos impõe deslocamentos que podem ser realizados em horários inoportunos, em prol de reuniões, realizadas em diversos setores da Administração Central, que poderiam ser pensadas sob outra perspectiva e/ou reprogramadas em favor dos docentes que precisam se deslocar. Assim, propomos que a administração central assuma o compromisso do pagamento dessas horas extras e/ou efetue o pagamento de diárias aos docentes que tenham de se deslocar para o atendimento das demandas da multicampia da UFRB. Outra sugestão, diz respeito a melhor programação dos transportes, evitando, desse modo, que os docentes aguardem por horas o veículo, especialmente, para o regresso. Por fim, sugerimos que passemos a adotar, dentro de nossa instituição, o sistema de videoconferências, evitando, por conseguinte, a exposição dos docentes aos riscos das estradas do Recôncavo Baiano.

h. Evitar desvios das atribuições do docente, que resultam em sobrecarga de trabalho;

Ementa: na atual condição de trabalho, os docentes da UFRB estão expostos a uma sobrecarga de tarefas que não lhes é própria, ocupando parte de seu tempo com atividades que deveriam ser atribuídas a servidores técnico-administrativos ou ainda, no contexto de nossa instituição, de profissionais terceirizados. A absorção dessas atribuições não correlatas com o labor docente, ainda que eventuais, como as de secretaria, telefonia, cotação de preços, manutenção de equipamentos, motorista (inclusive com veículos próprios), dentre outras, constituem um fator de desvio de função, prejudicando o rendimento acadêmico e a produção em pesquisa e extensão. Desse modo, é preciso criar mecanismos que garantam o desenvolvimento das funções de rotina, liberando os professores para as tarefas próprias do seu ofício. Faz-se necessária a avaliação do nosso quadro técnico-administrativo, de modo que possamos, eventualmente, solicitar sua ampliação ou, em alguns casos, melhor distribuímos os servidores técnico-administrativos pelos setores e/ou centros da UFRB.

i. Desburocratização no processo de pagamento do Adicional Noturno – sem necessidade de solicitação individual, sendo baseada no planejamento acadêmico;

Ementa: atualmente, o pedido de adicional noturno é realizado após o término de cada semestre, em alguns casos os/as docentes têm que informar ao colegiado e à direção de centro os dias em que suas aulas/atividades foram ministradas/desenvolvidas. Esse procedimento vem criando constrangimento e prejuízos aos/às docentes, já que, em decorrência da tempestividade dos segundos semestres, a desídia de instâncias administrativas (colegiado ou direção), ou ainda outros entraves burocráticos, vários/as docentes deixaram de receber pelas atividades desenvolvidas após as vinte e duas horas. O adicional noturno é um direito dos/as servidores/as, por isso, quando essas atividades forem previstas pelo centro, em seu planejamento acadêmico, como é o caso das aulas, entendemos que a Direção deve encaminhar esse planejamento à PROGEP, para que os/as docentes recebam por esse direito mensalmente, sendo, portanto, essa a regra, cabendo à exceção, ou seja, o não cumprimento das atividades previstas em calendário, o seu imediato aviso ao setor aos setores competentes (Colegiados, Direções de Centro e PROGEP).

j. Funcionamento de setores de apoio às atividades acadêmicas noturnas;

Ementa: a UFRB tem hoje diversos cursos e atividades que funcionam no período noturno, inclusive, com aulas sendo ministradas até as vinte e duas horas e quarenta minutos. No entanto, diversos setores como o NUAPAC, o setor de informática e os serviços gerais enceram suas atividades antes deste horário. Com isso, os/as professores/as ficam responsáveis por manusear equipamentos que necessitam de conhecimentos técnicos, e, em alguns casos, por inexistência de servidor específico de almoxarifado, os/as docentes ficam impossibilitados de devolver equipamentos no final das atividades, por sua vez, estes ficam, até o dia seguinte, sob sua responsabilidade. Sugerimos também, o regime de plantão alternado de setores administrativos, como colegiado e a direção de centro, para atendimento a comunidade acadêmica no período noturno.

3. Políticas de valorização, assistência e permanência dos docentes:

Desde o período colonial o processo de desenvolvimento do Brasil é demasiadamente desigual. Numa lógica seiscentista, desenvolve-se primeiro a "sede da capitania", somente depois de longos períodos algum desenvolvimento alcança também o interior. Desde então o processo de interiorização é lento e repleto de barreiras. Tanto nas atuais políticas de interiorização da saúde como nas ações de interiorização da educação, o maior gargalo é exatamente a dificuldade em atrair trabalhadores/as qualificados/as que assumam o compromisso com o processo de ampliação dessa rede de atendimento. Em geral, na relação custo-benefício tem havido uma avaliação de que a interiorização traz perdas significativas para os/as trabalhadores/as que vão desde os aspectos afetivos/subjetivos aos aspectos materiais/econômicos. Em todas as áreas há um desequilíbrio na proporção de mão-de-obra. Há uma superconcentração de mão-de-obra nas capitais e um expressivo déficit de mão-de-obra no interior do país. Entre os vários fatores que motivam tal cenário alguns deles são sobressalentes: i) o "custo de vida" no interior passa a ser muito mais elevado nas cidades que recebem novos investimentos públicos; ii) o isolamento, em relação aos grandes centros, faz com que o custo médio de manutenção, das atividades de formação, torne-se maior, desse modo, para boa parte dos profissionais em educação, tem sido preferível continuar próximo aos grandes centros de formação e pesquisa; iii) os serviços elementares, como saúde e transporte público, são deficitários ou não existem em quantidade e/ou qualidade, implicando no incremento da média de gastos com esses serviços; iv) há um problema importante de estrangulamento imobiliário o que faz com que o preço médio de locação ou de aquisição de imóveis esteja demasiadamente ampliado. Além das dificuldades naturais da interiorização, esse "efeito colateral" do processo acaba por imprimir ainda mais obstáculos. Decorrente disso, dois cenários são apresentados para a interiorização, em especial, da nossa instituição: 1) a pouca atratividade pela docência numa universidade do interior (temos uma porção significativa de concursos sem candidato; concursos para adjunto que só são preenchidos em segundo edital para a classe de assistente e, em algumas ocasiões, de auxiliar); 2) a evidente rotatividade sintomática e crônica, expressa no intenso volume de pedidos de redistribuição, exoneração, etc. Daí surge a necessidade da construção de uma política que estimule a fixação e a permanência dos docentes. Nesse sentido apresentamos as seguintes considerações:

a. Formulação de um programa de fixação para docentes em nossa instituição, com disponibilização de recursos e infraestrutura para pesquisa e extensão, por centro, através de Edital específico;

Ementa: Entre os fatores de motivação, para vinculação do trabalhador docente à instituição universitária, podemos destacar a possibilidade de desenvolvimento de atividades para além da sala de aula. Uma vez que as instituições jovens apresentam dificuldades no tocante à oferta de condições que permitam aos docentes a disputa, em igualdade de competição, com

outros centros de maior porte, logo, estaremos sempre em desvantagem. Como já vem ocorrendo em outras universidades, que passam por problemas semelhantes, é necessário criar uma política de estímulo com ações tais como: a) Programas de fixação de doutores em áreas estratégicas; b) Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores – PRODOC e bolsas de estímulo à produção a pesquisa; c) estímulo a implantação de Programas de Pós-Graduação e o fortalecimento da pesquisa; d) institucionalização de Programas de Cooperação Acadêmica.

b. Requerer junto ao Governo Federal a criação de uma política de fixação de docente no interior: assistência moradia ao docente, linha de financiamento própria para o servidor das IFES do interior (moradia), melhoria das condições de segurança;

Ementa: Dada a grande especulação que vem ocorrendo no interior do país, principalmente nas cidades que passaram a receber grandes somas de investimento público, ocorre um paradoxo, há a necessidade de 'importar' mão-de-obra qualificada para o projeto, por exemplo, de expansão das Universidades Federais, mas, em contrapartida, o profissional recém contratado não consegue condições adequadas para sua efetiva fixação no interior. No conjunto das dificuldades destacam-se a superelevação do valor médio cobrado por imóveis; a inexistência de transporte público em âmbito coletivo/municipal e/ou intermunicipal; uma rede de atendimento educacional e de saúde, em geral, deficitária, dentre outras questões. Isso obstaculiza, sobremaneira, a multicampia, característica inata da UFRB. Em geral os docentes estão se submetendo "as regras do mercado" a um custo pessoal absolutamente elevado. O valor médio de prestação dos imóveis na região do recôncavo chega a ser superior a 30% do salário mensal da maioria dos docentes da UFRB, o que inviabiliza essa operação. Com salários baixos e com altos valores de serviços é dolorosa a nossa permanência. Sugerimos que a Reitoria faça gestão para a criação de programas de financiamento residencial e automotivo em linhas de crédito com juros baixos afim de diminuir o comprometimento salarial dos docentes que aderiram ao projeto de interiorização das Universidades Federais. Citamos dois exemplos: a) financiamento pelo programa "minha casa, minha vida" na faixa que vai até R\$ 500.000,00 com juros menores que os praticados pelos bancos, em geral; b) auxílio moradia para os docentes que não contemplados pelas ações anteriores; c) gestão para criação de linhas de financiamento de veículos em condições especiais tal qual acontece para taxistas e portadores de algumas doenças que tem isenção de IPI e ICMS.

c. Ampliação dos auxílios transporte, saúde complementar e alimentação;

Ementa: Considerando o alto custo de vida nas cidades sede de nossa Universidade, considerando o congelamento dos valores referentes aos "auxílios", culminando com a completa distorção entre os valores pagos pelos auxílios no âmbito do Executivo, solicitamos que essa reitoria endosse e encampe a luta pela equiparação (ampliação) dos valores auxílios dos docentes, considerando os valores médios percebidos pelos demais trabalhadores do poder Executivo.

d. Serviço de saúde do trabalhador e segurança do trabalho;

Ementa: a perícia médica dos docentes da UFRB está causando dificuldades e perdas financeiras aos professores/as que necessitam se afastar das atividades laborais para tratamento de saúde, conforme orientação médica. Por ausência de órgão responsável da própria universidade os docentes estão sendo obrigados a fazer as perícias no SMURB/UFBA, em Salvador. Por sua vez, a UFRB não assume os custos com o transporte e as despesas do deslocamento até o SMURB. Dessa forma a instituição está transferindo para os docentes todos os prejuízos da ausência deste setor na UFRB, ocasionando transtornos de deslocamentos para a cidade de Salvador dos docentes acometidos de problemas de saúde.

Assim, para ter seus direitos garantidos os/as professores/as são responsabilizados/as individualmente por uma carência institucional. É preciso que a UFRB providencie uma alternativa urgente para solucionar esse problema, uma vez que os docentes podem ser prejudicados pela ausência, na UFRB, de um setor que é de responsabilidade de nossa instituição. Assim, ou se cria um setor responsável pelas perícias na UFRB, ou, enquanto isso, os custos do deslocamento são assumidos pela universidade, dilatando também o tempo para a realização das perícias. Outra situação urgente em nossa instituição, diz respeito a segurança em nossos espaços de trabalho. A ausência de uma estrutura de primeiros socorros nos Centros (materiais e pessoal treinado), equipamentos para emergência, e uma política de formação dos servidores para situações de risco, expõe todos os presentes nas instalações a riscos de saúde e, em certas ocasiões, de vida. Nessas condições de trabalho e na ausência de laudos técnicos, não se justifica que essa instituição não efetive o pagamento de auxílios de insalubridade e periculosidade aos servidores, isso seria o mínimo diante da carência institucional. É preciso, urgentemente, empreender ações para resolver tal situação, pois, não é possível continuarmos nossas atividades docentes sem garantias mínimas de segurança. Sugerimos a constituição de uma Comissão Interna para Prevenção de Acidentes, contratos com a rede médico-hospitalar para o atendimento de casos de urgência e emergência, a definição de protocolos de segurança no trabalho, bem como o treinamento para ações de primeiros socorros e a aquisição de materiais e equipamentos de segurança. Por fim, gostaríamos de lembrar que as cidades onde se encontram os Centros da UFRB não dispõem de Corpo de Bombeiros, daí a importância de recebermos orientações institucionais para eventuais problemas, como incêndios e acidentes químicos.

e. Ampliação dos recursos para realização de eventos acadêmicos;

Ementa: a verba anual destinada para realização de eventos, juntamente com a verba burocrática, incluindo diárias e passagens liberadas para a participação dos docentes e dos servidores técnico-administrativos nesses encontros, é limitadíssima. Em 2012, estima-se que o valor repassado aos centros se deu em torno de R\$ 4.500,00, variando, possivelmente, até o dobro disto. Muitas vezes, quando temos informações de ícones da tecnologia, ciência e cultura, a UFRB não colabora com a vinda destes pesquisadores até os seus centros para disseminar seus conhecimentos, através de conferências, seminários, palestras e simpósios, ficando, em muitas oportunidades, tal esforço, inclusive financeiro, a cargo dos docentes. Entendemos que para que os centros possam crescer e assumam de maneira consistente o caminho do desenvolvimento na prestação de serviços e na realização de pesquisas em padrão de excelência, é imprescindível que haja um aporte de recursos que possibilite a realização de eventos, na UFRB, que permitam o crescimento da capacidade dos docentes, bem como a atualização de seus conhecimentos. Portanto, requisitamos que sejam tomadas providências para que se amplie a dotação orçamentária anual específica da rubrica relativa à realização de eventos de caráter técnico, científico e sociocultural no âmbito dos centros. Sendo, tais recursos, geridos pelas direções dos centros da UFRB. Isto deve incluir a compra de passagens e a definição de diárias para os palestrantes e os conferencistas.

f. Formulação de políticas de apoio aos grupos de pesquisa da UFRB;

Ementa: grupos de pesquisa fazem parte da política de Ciência e Tecnologia do CNPq e da CAPES. Foram pensados para ser o lugar privilegiado de produção de um professor que, articulado com outros pesquisadores de uma mesma área, possa desenvolver suas pesquisas, treinando e capacitando jovens pesquisadores oriundos da graduação e dos programas de mestrado, realizando seminários, publicando artigos em revistas qualificadas e participando de eventos nacionais e internacionais. Grupos de pesquisa também são lugares de integração de docentes mestres nas atividades de pesquisa. Portanto, são fóruns privilegiados de produtividade acadêmica e devem ser incentivados, pois os mesmos funcionam como os espaços qualificados para a produção do conhecimento a ser, posteriormente, restituído a

comunidade que nos envolve, possibilitando, desse modo, uma intervenção na realidade do Recôncavo e da Bahia. Por sua importância, precisamos que esses coletivos recebam apoio institucional através de espaços para funcionamento, servidores técnico-administrativos para as atividades laborais de base, além de recursos que atendam as especificidades de suas respectivas áreas de atuação. Finalmente, reclamamos mais recursos e linhas de financiamento interno para os projetos de pesquisa e de extensão dos docentes de nossa instituição. Consideramos também, que a realidade da UFRB, nos impõe uma sensibilidade para com os/as docentes mestres que atualmente não podem concorrer a inúmeros editais ou, quando isso ocorre, os docentes assistentes (mestres) são obrigados a disputar os pleitos com os professores adjuntos (doutores), o que entendemos não ser uma competição adequada e justa. Melhor seria que os professores assistentes, em geral mestres, pudessem concorrer em editais próprios e fossem incentivados a isso.

g. Desenvolver ações que estimulem práticas esportivas e atividades artísticas e culturais, criando espaços comuns que promovam a convivência universitária;

Ementa: acreditamos que atividades esportivas sistemáticas podem contribuir para a permanência dos servidores e discentes na universidade, visto que possibilita espaço de socialização, de troca de experiências, engajamento com as atividades da universidade, consolidando o sentimento de pertencimento coletivo, além de aproximar docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e a comunidade não acadêmica. No entanto, não temos espaços apropriados, em todos os centros, que possam alocar práticas esportivas e projetos que desenvolvam tais ações de modo sistemático. Outro aspecto a ser considerado, diz respeito à ausência de espaços de cultura nos campi da UFRB. Ora, a população dos municípios atendidos por nossa universidade, em geral, e a comunidade acadêmica, em particular, se ressentem da falta de ambientes para a manifestação e apreciação de práticas culturais. Tais locais devem fazer parte do rol de prioridades de nossa instituição, sendo, portanto, aparelhados e configurados adequadamente, pois a Universidade deve atuar também como difusora da nossa arte e da nossa cultura. Além disso, esses lugares, certamente poderão contribuir para a formação, tanto da comunidade acadêmica como externa a Universidade, conciliando a formação técnica com a sensibilidade e o senso crítico promovido pelas artes e a cultura. Nesse sentido, solicitamos apoio e atenção especial a CAsA do DUCA, em Amargosa, que apesar das inúmeras dificuldades, vem realizando um trabalho importante no cenário cultural desse município e região. Gostaríamos também de propor a constituição de um fórum permanente de práticas desportivas e culturais, com representações dos centros e da comunidade em geral, para refletir sobre as ações nessas áreas. Também pleiteamos a construção de equipamentos esportivos, quando possível, nas áreas dos campi da UFRB, além de espaços culturais vinculados a Universidade nos quatro municípios em que se encontram os centros de nossa instituição.

h. Criação de Posto Médico em cada Campus, disponibilizando prestação de assistência médica e serviços rápidos de enfermagem, equipado com ambulância;

Ementa: reivindicamos a criação de um serviço de atenção primária a saúde, que ofereça atendimento ambulatorial gratuito aos seus alunos, servidores docentes e técnico-administrativos em diversas especialidades médicas, saúde mental, fisioterapia, nutrição, enfermagem e odontologia. Executando, assim, ações de promoção e proteção da saúde em nível ambulatorial, propondo e implementando políticas de saúde com vistas à melhoria na qualidade de vida da comunidade acadêmica da UFRB. Este serviço deverá dispor de ambulância para remoção nos casos mais graves.

4. Políticas de capacitação docente:

a. Criação de uma política de qualificação docente, estabelecendo metas quantitativas e temporais para a capacitação;

Observação: o CLG aguarda a disponibilização de dados solicitados à Administração Central para que possa formular a ementa deste item.

b. Planejamento para ampliação dos DINTER's;

Observação: o CLG aguarda a disponibilização de dados solicitados à Administração Central para que possa formular a ementa deste item.

c. Flexibilização do tempo de carência para o pedido de afastamento para o doutoramento;

Observação: o CLG aguarda a disponibilização de dados solicitados à Administração Central para que possa formular a ementa deste item.

d. Criação de uma política para facilitar que os docentes que estão cursando a pós-graduação *stricto sensu*, ainda em estágio probatório, possam concluir sua formação sem prejuízos ou sobrecargas.

Observação: o CLG aguarda a disponibilização de dados solicitados à Administração Central para que possa formular a ementa deste item.

5. A UFRB e o Recôncavo:

a. Discussão do Reuni, da Política de acesso a UFRB e sobre a criação de novos campi e cursos;

Ementa: REUNI – a reestruturação do ensino superior e a conseqüente interiorização representa uma vitória política dos movimentos sociais que percebiam na centralização das ações do executivo uma forma discriminatória de tratar o interior do Brasil e, principalmente, o Norte e o Nordeste. O crescimento desigual e as práticas eleitoreiras que beneficiaram outras regiões e Estados, em detrimento da Bahia, fez perdurar por mais de 70 anos uma única instituição federal de ensino superior no nosso Estado. A UFRB surge em julho de 2005 e em dezembro de 2008, percebe no REUNI uma forma de alcançar maiores recursos. A sua inserção no plano de reestruturação implica em sair da ordem dos recursos de custeio de 2,4 milhões para 11,8 milhões, ou seja, 350% da proposição inicial de custeio e pessoal. A proposta da UFRB para o REUNI têm os seguintes princípios: **a.** Respeito às especificidades dos Centros de Ensino; **b.** Construção/reconstrução de projetos políticos pedagógicos cada vez mais flexíveis e interdisciplinares; **c.** Criação de novos cursos que auxiliem a Instituição no cumprimento da sua missão e do seu compromisso social com o Recôncavo, permitindo a construção por parte do aluno de itinerários formativos adequados às suas necessidades; **d.** Expansão de matrículas em proporção condizente com a capacidade técnico-científica instalada; **e.** Utilização da educação à distância como alternativa metodológica para formação pedagógica de docentes e para uso em turmas com um número mais expressivo de discentes; **f.** Aprimoramento dos processos seletivos da UFRB, reduzindo sobremaneira a influência da

variável socioeconômica (UFRB, 2008). Ainda que tais princípios sejam norteadores da instituição, no que se refere ao REUNI, percebe-se a escassez de debates e discussões que esclareçam a comunidade acadêmica sobre tais princípios e que apresentem as diretrizes e os projetos de forma transparente. Vale destacar que o Plano de Providências Geral que prevê ações para a Graduação, Pós-Graduação e Extensão, precisa ser atualizado e compartilhado com a comunidade acadêmica. Este plano deve ser analisado e criticado em seminário ou Fórum onde todos os documentos referentes ao REUNI/UFRB sejam disponibilizados, atualmente o acesso é restrito, limitando, por conseguinte, a capacidade de avaliarmos o quanto já foi realizado e o quanto ainda precisamos caminhar no sentido de constituirmos uma instituição de excelência e inclusiva. **Acesso ao Ensino Superior** – no que tange ao acesso, a UFRB optou, desde 2009, em utilizar o SISU e as notas do ENEM, como forma de seleção e ingresso do alunado à instituição. Neste campo, mantém uma política de ações afirmativas que assegura a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas autodeclarados negros (pretos e pardos). Inexistem estudos, amplamente divulgados, sobre os impactos que a alteração no mecanismo de acesso produziu nos cursos e nas políticas de permanência da instituição. A definição e a discussão sobre os pontos de cortes e critérios para a sua eleição ainda estão obscuros para a maioria da comunidade acadêmica. O impacto das políticas de permanência na vida do aluno e na qualidade dos cursos, ainda carece de investigações expressivas e transparentes, com ampla divulgação. Assim, pleiteamos a disponibilização de dados de acesso e permanência dos estudantes da UFRB para os professores pesquisadores na temática, conforme solicitação destes, com ampla redução da burocracia e da política que circunscreve o acesso a essas informações. **Criação de novos Campi e Cursos** – dentre as proposições presentes no REUNI está a ideia constante de expansão e criação de novos campi e cursos. Consideramos a expansão e a interiorização como processos legítimos de ampliação do acesso de jovens de origem popular, principalmente, das zonas interioranas e rurais da Bahia e do Nordeste, ao ensino superior. Contudo, salientamos a necessidade de qualificação destes processos de expansão e o cumprimento das proposições assumidas para os já existentes. Neste sentido, deve ser feito uma listagem daquilo que foi alcançado e do que ainda não foi para propiciar o surgimento do novo. A UFRB deve comprometer-se com a efetiva implantação dos atuais campi e cursos e, posteriormente, assegurar a expansão dos novos cursos e campi com a estrutura mínima necessária de funcionamento, haja vista a solicitação da ampliação dos prazos de implantação para atender aquilo que ainda não foi alcançado. Outrossim, demandamos o respeito ao princípio da autonomia universitária e dos fóruns constituintes dessa instituição, pois compreendemos que não cabe ao MEC e/ou outros gestores públicos a definição de quais cursos deveremos oferecer, bem como, em que cidades os novos *campi* deverão ser criados.

b. Fortalecer o diálogo com a comunidade, através das associações e dos sindicatos;

Ementa: várias problemáticas, presentes nesta negociação, estão relacionadas à organização política e ao desenvolvimento regional das cidades do Recôncavo. É consensual, nesse debate, que a solução de alguns desses problemas passam por articulações políticas que transcendem a esfera da UFRB, também é consensual que para o desenvolvimento da UFRB é fundamental que se consolide outra forma de desenvolvimento regional, que possa enfrentar os problemas estruturais que afetam a população do Recôncavo, tais como: habitação, saneamento básico, saúde, educação, transporte público, trabalho, etc. Diante disso, reconhecemos que é de grande importância o protagonismo político da UFRB, atuando como uma instituição pública que favoreça a articulação entre os diferentes sujeitos políticos que estão trabalhando para o desenvolvimento regional. Nesse sentido, indicamos que está reitoria se comprometa a capitanear a organização de um Fórum de Desenvolvimento Regional formado por representantes de diferentes instâncias públicas, associações e sindicatos da região. Indicamos também que possamos discutir, nos fóruns competentes, a composição dos representantes da

comunidade externa no CONSUNI, atualmente normatizada pela seguinte redação: "Os representantes da comunidade são indicados ao Conselho Universitário, em lista tríplice, entre pessoas que não pertençam aos quadros dos servidores ativos da Universidade, sendo 1 (um) representante da comunidade científico-tecnológica; 1 (um) representante das classes empresariais; 1 (um) representante das classes trabalhadoras; 1 (um) representante das municipalidades que contem com unidade da UFRB, a ser escolhido mediante proposição dos Prefeitos, todos com mandato de dois anos, podendo haver uma recondução" (parágrafo 4º, artigo 21, do Estatuto da UFRB). A revisão dessa normativa tem por objetivo construir critérios que possam melhor contemplar os reais sujeitos políticos da região, inserindo-os diretamente na vida política e na construção efetiva da UFRB.

c. Criação de programas institucionais permanentes, de pesquisa e extensão, voltados para a resolução de problemas do Recôncavo;

Ementa: além das atividades eventuais, já realizadas via projetos de pesquisa e extensão, torna-se necessário investir em uma política permanente de ação na busca de soluções para os problemas regionais. Questões associadas aos problemas ambientais, à produção agrícola e agroindustrial, à geração de emprego e renda, às manifestações culturais regionais, ao desenvolvimento educacional e outros temas merecem um tratamento mais duradouro e conseqüente. Assim, o levantamento das demandas e da elaboração de programas regionais poderá resultar numa melhor inserção da UFRB na realidade do Recôncavo, como também no cumprimento de sua missão de contribuir para o desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, frisamos que um programa para o desenvolvimento regional dos municípios do Recôncavo da Bahia deve estar diretamente vinculado com a UFRB. Afinal, um dos objetivos do seu PDI é o de "aprofundar a integração da universidade com os municípios do Recôncavo e do Estado da Bahia para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural". Nesta perspectiva, a UFRB deve ser a articuladora de programas de consórcios intermunicipais como, por exemplo, nas áreas da educação e do meio ambiente. Em grandes linhas, um consórcio na área da educação deve potencializar a parceria da UFRB com as prefeituras regionais, de modo que possamos contribuir na formulação de ações pedagógicas voltadas para o ensino fundamental e médio públicos dos municípios do Recôncavo. O objetivo aqui seria oferecer aos prefeitos e secretários de educação municipais, um programa que dotassem nossas crianças de conteúdos críticos sobre a relação do homem com o nosso contexto histórico, geográfico, ambiental e social. Outra potencialidade, por agregar, para além dos aspectos educacionais, fatores ambientais, sociais e da área de saúde seria a discussão aprofundada sobre o lixo enquanto objeto de um segundo consórcio intermunicipal. De um modo geral, o problema do lixo e suas externalidades negativas nas cidades do Recôncavo são notáveis, refletindo a ausência histórica de um processo educacional voltado para o meio-ambiente, e também as dificuldades de solução dos administradores públicos atuais. O que se pode fazer com o gerenciamento do lixo no Recôncavo é de uma magnitude enorme. Dos diversos tipos de lixo e suas utilizações, ressalta-se aqui o redimensionamento de projetos de reciclagem já em curso na UFRB, a exemplo da transformação dos resíduos da construção civil em bloquetes para o calçamento de vias públicas das nossas cidades, por intermédio da criação de cooperativas. Entende-se aqui que o melhor caminho para alcançar a integração da Universidade com os municípios do Recôncavo, promovendo o crescimento econômico e o desenvolvimento social dos mesmos reside nos programas e projetos que integrem extensão, ensino e pesquisa, mas, que, fundamentalmente, estejam voltados para a solução ou minoramento dos problemas sociais enfrentados pelos munícipes no arco de abrangência da UFRB. Pesquisar o lixo e as relações que a população e os poderes possui com o mesmo, ensinar nossos alunos e cidadãos a conviver sustentavelmente com o lixo e, finalmente, oferecer o conhecimento gerado na Universidade como âncora para transformar nossas cidades em locais mais organizados e ambientalmente saudáveis.

d. Constituição de um Fórum que problematize a relação entre o Recôncavo e a Universidade, ampliando, inclusive, a produção acadêmica sobre esses espaços;

Ementa: pensar o processo de interiorização das Universidades Federais na Bahia, em especial, no caso do Recôncavo Baiano, significa reconfigurar, sobre diversos aspectos, a paisagem local e regional. Esse desafio precisa ser encarado de maneira frontal pela UFRB, caso contrário ter-se-á o risco de criarmos ilhas de excelência que destoam da realidade sócio-cultural das gentes que historicamente constituíram esse espaço-tempo. Para tanto, a inserção de nossa instituição nessa realidade não pode ocorrer de modo passivo, aceitando as limitadas condições de infraestrutura disponíveis nos municípios sede de nossos *campi*. Se até aqui chegamos, e se pretendemos por aqui continuar, devemos repensar de modo ousado a relação entre a UFRB e o seu entorno, de modo que sejam formuladas ações coletivas capazes de apontar caminhos aos problemas vivenciados pela população atendida por nossa instituição. Logo, sugerimos a criação de um Fórum, que assegure a participação popular, capaz de promover o contínuo debate da relação entre a academia e a sociedade, aproximando, inclusive, os saberes científicos e populares, formulando também proposições voltadas para a inclusão social e a mitigação dos problemas que afetam a comunidade regional.

e. Discutir as possibilidades de desenvolvimento do Recôncavo;

Ementa: a exemplo da discussão iniciada em 2011 pelo CETEC, cabe a UFRB discutir com a comunidade local, políticos e gestores públicos as possibilidades de desenvolvimento, com vistas ao desenvolvimento social, científico e tecnológico do Recôncavo da Bahia. A criação de novos pólos empresariais, rurais e urbanos, a geração de emprego e renda para a população do Recôncavo da Bahia e a atração de potenciais investidores passa por uma discussão que pode ser fomentada pela UFRB, podendo, seus resultados, subsidiar a elaboração de políticas de desenvolvimento regional.

f. Idealizar e estruturar cursos de graduação e pós-graduação voltados à formação de quadros técnicos demandados pelos setores produtivos da região.

Ementa: a inserção da UFRB no Recôncavo, como parte de um programa de interiorização do ensino superior no Brasil, traz consigo a responsabilidade de tratar das questões do mercado de trabalho como um todo e também das demandas em formação de profissional que atendam às necessidades do Nordeste e do Estado da Bahia. De acordo com Estatuto da UFRB, em seu Art. 3º, a UFRB tem as seguintes finalidades: "III - contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do Estado e do País, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos em nível de suas necessidades". Nessa perspectiva, cabe a Instituição realizar estudos de demandas regionais e locais, propor e discutir com a sociedade a conveniência da criação de novos cursos, de acordo com as possibilidades institucionais e anseios do público externo.

6. Questões administrativas e burocráticas:

a. Criação da ouvidoria da UFRB;

Ementa: atualmente na UFRB não existe um canal de comunicação efetiva entre a comunidade e a Instituição. Hoje as reclamações, elogios e/ou sugestões são feitas na lista de e-mail institucional que, a nosso ver, não é o instrumento efetivo e adequado para essas demandas. Diante disso propomos a criação da ouvidoria da UFRB, como efetivo canal de comunicação entre a comunidade e a Instituição. Esta ouvidoria terá o papel de receber,

analisar e encaminhar aos setores competentes todas as sugestões, reclamações, denúncias, críticas, elogios, dentre outros, apresentados pela comunidade acadêmica (servidores, docentes e estudantes) e pelas pessoas da comunidade externa. E, desta forma, auxiliar no aprimoramento da gestão da nossa instituição.

b. Implantação do sistema acadêmico totalmente on-line;

Ementa: devido aos avanços tecnológicos já estão disponíveis muitos sistemas operacionais que permitem um acesso on-line das informações. A informatização dos sistemas revela-se uma ferramenta importante no gerenciamento das informações acadêmicas, pois permitem uma troca de dados mais rápida e efetiva entre as partes. Isso possibilita melhor gestão e controle das informações, uma vez que equívocos podem ser percebidos tão logo os dados sejam depositados na base eletrônica. Muitas instituições federais de ensino já utilizam sistemas on-line nos mais diversos aspectos de gerenciamento das atividades acadêmicas. Assim, processos como matrículas, acompanhamento de frequência e lançamento de notas são exemplos de atividades que já podem ser acompanhadas on-line por todos os interessados. Sistemas assim possibilitam maior eficiência na comunicação e gerenciamentos dos dados acadêmicos. Na UFRB já há uma tentativa de avançar no sentido da implantação de sistemas on-line. Entretanto, a comunidade docente acredita que o processo poderia ocorrer com maior agilidade e acessibilidade, pois as matrículas on-line foram possíveis apenas a partir do semestre passado (2012.1) e, mesmo assim, houve uma série de equívocos que precisam de resolução imediata para o pleno funcionamento das ferramentas virtuais. Além disso, o sistema não permanece disponível para os docentes e os discentes durante todo o período letivo. Por outro lado, cabe destacar que atualmente muitos dos processos acadêmicos são feitos manualmente e, pela quantidade, são extremamente morosos e dispensam muito tempo do professor. Apenas com ilustração, pensemos na aferição das faltas que, em muitas ocasiões, são apresentadas aos alunos, somente no final do semestre letivo. Os alunos faltosos são frequentemente surpreendidos pela divulgação tardia das faltas e das notas, o que tensiona o professor a ficar fazendo contas de notas e faltas para saber se os alunos ainda têm o direito a fazer as provas finais ou não. Portanto, diante desse quadro, solicitamos que a administração central da UFRB possa investir maiores esforços para garantir a comunidade acadêmica um sistema on-line, nos moldes existentes em várias outras instituições país a fora, que possam assegurar um regular fluxo de informações, diminuindo também o preenchimento manual de cadernetas e formulários.

c. Ampla discussão de baremas (PIBIC, PIBEX, etc.) dos editais internos, com prazos mais dilatados para manifestação;

Ementa: a UFRB é uma universidade que apresenta assimetrias no ensino, na extensão e na pesquisa entre os seus *campi*. Esta condição não é justificada apenas na esfera infraestrutural, mas envolve aspectos da capacitação docente e da área aglutinadora de cada centro de ensino. Portanto, os baremas utilizados para pontuação dos currículos dos docentes da UFRB não parecem contemplar as diversidades e singularidades vivenciadas nos diversos centros de nossa instituição. Há que se vislumbrar alternativas na construção desses instrumentos que possibilitem avaliar com igualdade os diferentes, pois é sabido que o processo de produção nas diversas áreas do conhecimento é diferente e, portanto, não é possível haver um instrumento universal de avaliação. As agências brasileiras, reguladoras e financiadoras, de ciência, tecnologia e inovação por saberem dessa peculiaridade possuem comitês de assessoramento/ conselhos técnico-científicos que são constituídos para coordenar, planejar e executar as atividades das respectivas áreas e com isso criarem instrumentos de avaliação compatíveis com a multiplicidade das áreas. Assim, para que se valorizem os saberes dos diversos *campi* da UFRB, faz-se necessário rever os baremas, e, dessa forma, possibilitar que o tripé ensino,

pesquisa e extensão se consolide nos diversos centros dessa universidade. Logo, é preciso discutir tais instrumentos previamente com a comunidade docente, e não apenas nas vésperas do lançamento dos editais, para que haja tempo hábil de reflexão e amadurecimento. Assim, os docentes da UFRB solicitam que a Reitoria através das Pró-Reitorias competentes promovam amplos debates em torno do tema, com criação de grupos de trabalho em cada centro, e que sejam apresentadas propostas para subseqüente avaliação.

d. Revisão dos instrumentos de acompanhamento funcional (PIT's, RIT's, RAD's, PTT's, etc), inclusive redefinindo o barema para progressão funcional;

Ementa: o artigo 1º, do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) afirma que "A implantação e administração do PUCRCE, a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, caberá a cada Instituição Federal de Ensino - IFE". Assim sendo, é de responsabilidade exclusiva de nossa instituição a definição dos instrumentos para o acompanhamento funcional dos servidores lotados na UFRB. Ora, temos observado que a maioria dos/as docentes reclamam da sobrecarga de atribuições funcionais advindas das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas na UFRB. Nesse sentido, cabe frisar que estamos construindo não apenas uma nova Universidade, mas também consolidando novos cursos e centros acadêmicos. Entretanto, não obstante as múltiplas atribuições docentes e a singularidade das condições de trabalho da nossa universidade, nos deparamos com um aparato burocrático que se revela pouco eficiente e, em muitos casos, punitivo, haja vista, a existência de formulários que se sobrepõem, a exemplo do RIT e RAD. É no mínimo estranho, algumas cobranças que exigem que o professor prove a sua freqüência as aulas, no caso da progressão funcional. Ora, se as direções de centro informam mensalmente nossa assiduidade, gerando o ponto do servidor docente, bem como, os sistemas que registram as freqüências e notas dos discentes estão disponíveis na base de dados de nossa instituição, pergunta-se, para que exigir que o docente, no ato da progressão funcional, para além de uma declaração da direção do Centro, tenha de incluir no processo, cópias das cadernetas com os registros das aulas ministradas? Parece-nos descabida, ou quiçá abusiva, tal solicitação, pois compreendemos que dispomos de informações nos sistemas virtuais da universidade, a exemplo das gestões de pesquisa, de ensino e de extensão, que podem ser utilizados para acompanhamento do desempenho dos docentes. Isto posto e considerando a importância da progressão funcional, inclusive no aspecto salarial, para os/as docentes da UFRB; considerando a morosidade da tramitação dos processos de progressão docente em nossa instituição que, em alguns casos, aproximam-se de doze meses; considerando a necessidade da utilização de instrumentos mais eficazes de acompanhamento das atividades docentes por parte da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), solicitamos que sejam revistos os instrumentos de acompanhamento do trabalho docente, bem como as normativas institucionais que os balizam, redefinindo também o barema da progressão funcional da UFRB, na perspectiva de desburocratizar, agilizar e viabilizar a progressão dos docentes, como direito garantido pelo PUCRCE, de modo a assegurar o prazo máximo de três meses para tramitação dos processos de progressão funcional docente em nossa instituição.

e. Fortalecimento das ações de transparência em nossa Universidade, com prestação de contas regulares à Comunidade Acadêmica das ações da Reitoria e das Direções nos Centros;

Ementa: o sistema de funcionamento da universidade pública tem que primar pelo controle efetivo da comunidade acadêmica sobre as ações da Universidade e dos seus órgãos colegiados, especialmente, os que dizem respeito à administração universitária. A reitoria e as direções nos centros têm que realizar uma prestação de contas regular de suas ações acadêmicas e administrativas. Em particular, entendemos que todos devem ter acesso à forma

como são construídos os orçamentos e geridos os recursos públicos na UFRB. Nesse sentido, é preciso discutir publicamente os parâmetros utilizados na confecção das peças orçamentárias, associado a um planejamento estratégico de médio e longo prazo, de modo que possamos coletivamente estabelecer também as prioridades imediatas. Do mesmo modo, faz-se imperativo a avaliação contínua da execução orçamentária com o fito de realizarmos adequações financeiras que possam assegurar o atendimento de demandas extemporâneas. Adicione-se, a essas demandas, a confecção de um quadro de acompanhamento das ações acadêmicas e administrativas planejadas, executadas e postergadas. A atualização desse instrumento de acompanhamento se daria ao final de cada semestre letivo.

f. Necessidade de discutir o papel das instâncias administrativas (Áreas de Conhecimento, Conselho Diretor, etc.);

Ementa: a forma como está estruturada as instâncias administrativas da UFRB (tais como as Áreas de Conhecimento, Conselho Diretor, Colegiados, etc.) é avaliada por muitos docentes como pouco eficiente e burocratizada, não contemplando as dinâmicas de poder e de democracia necessárias para o bom andamento das decisões em nossa universidade. Sabemos que o processo da Estatuinte já está sendo estruturado e propomos que o mesmo assegure uma ampla discussão, com toda a comunidade acadêmica, sobre as instâncias administrativas da UFRB. Particularmente, defendemos a autonomia administrativa dos centros, inclusive, com dotação orçamentária própria, pois compreendemos que o modelo centralizador, adotado nos moldes atuais, mostra-se anti-democrático, oneroso, burocrático e pouco eficiente.

g. Reativação da Comissão Permanente de Negociação, com os representantes da comunidade acadêmica dos Centros;

Ementa: elementos fundamentais para concretização das pautas locais aqui tratadas necessitam de discussão e articulação política direta da reitoria com os diretores de cada Centro de Ensino e seus respectivos representantes sindicais, no intuito de evitar entraves na execução dos acordos aqui firmados. Neste sentido, reconhecemos como imprescindível que esta mesa retome as negociações por Centros de Ensino, construindo um cronograma de reuniões para o mês de setembro de 2012, em cada Centro, com prioridade para o CAHL, CETEC e CCAAB, onde as mesas setoriais ainda não foram instaladas.

h. Celeridade no processo de licitações das obras dos laboratórios previstos;

Ementa: os quadros docentes e discentes da UFRB cresceram vertiginosamente desde o seu início de funcionamento, em 2006. Porém, a infraestrutura de laboratórios, necessária para o bom funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, não acompanhou o desenvolvimento e, por causa disto, tem gerado diversos contratempos para o andamento dos trabalhos. Os professores têm feito esforço imenso para desenvolver as atividades na UFRB, contudo quando não é possível procuram outras instituições para atuarem em colaboração, aproveitando as estruturas das mesmas. Atualmente, a estrutura dos laboratórios da UFRB sequer tem sido suficiente para andamento das atividades de ensino. Como a demanda tem sido significativa é imperativo que a UFRB desenvolva mecanismos que agilizem o processo de licitações das obras dos laboratórios, pois só assim a instituição poderá promover um salto qualitativo e quantitativo de suas ações que dependem dos laboratórios. Temos consciência que existem os trâmites burocráticos no processo licitatório, todavia entendemos que parte do atraso, ocorrido nesta etapa, ocorre devido ao quadro reduzido de servidores técnico-administrativos e, em determinados momentos, servidores sem o treinamento adequado para atuarem no processo licitatório. Nesse sentido, fazemos questão de deixar claro que não estamos questionando a competência dos nossos colegas servidores, mas sim, a necessidade

de que sejam ampliados os investimentos institucionais na qualificação dos mesmos para o exercício das funções licitatórias, primordiais para o funcionamento dessa Universidade. Baseado no que foi relatado, acreditamos que as adoções de determinadas medidas promoverão a celeridade necessária para execução dos processos licitatórios, a saber: aumento do quadro de servidores técnico-administrativos e o treinamento conveniente dos mesmos.

i. Informatização de Formulários Institucionais e pronta compatibilização dos mesmos;

Ementa: atualmente diversos formulários administrativos não são informatizados, exigindo o preenchimento manual e/ou digitação pelos docentes da UFRB, o que acrescido das muitas tarefas administrativas, acadêmicas, de pesquisa e de extensão acumulam uma razoável carga de trabalho extra. Soma-se, a esse aspecto, o fato dos docentes demandarem, para fins diversos, das mesmas declarações que, além de acarretar sobreposição de documentos, impõe uma rotina cansativa e desnecessária nas Direções de Centro, Comissões e/ou Pró-Reitorias. Assim, sugerimos a criação de um prontuário digital, em que o/a docente cadastraria eletronicamente as ações realizadas durante o semestre, ou seja, atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas seriam cadastradas. Em seguida, o sistema geraria as declarações e os relatórios necessários, tais como PIT e RIT. A comprovação, de cada item, também poderia ocorrer eletronicamente através de um sistema de automação administrativo, em que se insere uma função para validar e emitir um certificado digital e automático para cada atividade citada no relatório docente, sob responsabilidade de cada setor da universidade (Colegiados, Centros, Pró-Reitorias e/ou Reitoria). Apenas como ilustração dessa dinâmica, as comissões de avaliação poderiam acessar digitalmente os dados das ações empreendidas pelos docentes para confirmar as atividades de cada relatório. Isto, certamente iria desonerar os professores de digitarem seus relatórios técnicos, científicos e publicações, pouparia páginas e páginas de trabalho que seriam impressas em papéis, implicando numa razoável economia financeira para a universidade, bem como, mostraria responsabilidade ecológica de nossa instituição.

j. Ampliação do quadro de servidores técnico-administrativos e terceirizados.

Ementa: sabe-se que o quadro de servidores técnico-administrativos, bem como de funcionários terceirizados não é suficiente em nossa instituição. Vários setores carecem da ampliação do quadro de pessoal para que os mesmos funcionem satisfatoriamente. Além disso, em alguns casos, nota-se a falta de aderência entre os servidores e as funções que desempenham. Isso é claramente percebido em alguns setores, o que gera atraso no processamento das demandas, e, em alguns casos, na falta de suporte aos docentes para o bom desempenho em aulas teóricas e práticas. Nota-se também a falta de técnicos para as rotinas em laboratórios, a centralização das decisões e dos despachos e com isso a sobrecarga em alguns servidores, entre outras. Sendo assim, é preciso estabelecer um planejamento e uma melhor distribuição das atividades por servidores e, ainda, ampliar o quadro de servidores técnico-administrativos na UFRB. Apesar da crítica as empresas que terceirizam atividades no serviço público, reconhecemos que, no atual marco legal, faz-se necessária a contratação e/ou ampliação de servidores terceirizados para o bom funcionamento de nossa instituição.

7. Outras demandas:

a. Conclusão das obras do complexo poli-esportivo do CFP;

Ementa: encaminhar discussão para a mesa setorial do CFP.

b. Fim do desvio de função, pois na UFRB muitos docentes acabam desenvolvendo atividades que seriam próprias de servidores técnico-administrativos;

Ementa: questão já discutida no eixo 2, item h.

c. Constituição de um Fórum que problematize a relação entre o Recôncavo, o Vale do Jiquiriçá e a Universidade, ampliando, inclusive, a produção acadêmica sobre esses espaços;

Ementa: questão já discutida no eixo 5, item d.

d. Observar nas questões de caráter coletivo da UFRB, em especial infraestrutura e manutenção, as especificidades do CAHL, situado em localidade tombada pelo Patrimônio Histórico;

Ementa: encaminhar discussão para a mesa setorial do CAHL.

e. Finalização das quatro obras paralisadas no CCS – biblioteca e auditório; prédio de laboratórios; prédio administrativo; prédio em construção atrás da residência;

Ementa: encaminhar discussão para a mesa setorial do CCS.

f. Climatização das salas/espaços do CCS;

Ementa: encaminhar discussão para a mesa setorial do CCS.

g. Melhorar a eficiência dos procedimentos do setor de compras na execução de orçamentos;

Ementa: encaminhar discussão para as mesas setoriais dos Centros.

h. Levantamento censitário de campos de estágio, por áreas de conhecimento, no Recôncavo;

Ementa: encaminhar discussão para as mesas setoriais dos Centros.

i. Avaliação das instalações dos laboratórios – Ex.: reaproveitamento da água utilizada no processo de destilação;

Ementa: encaminhar discussão para as mesas setoriais dos Centros.

j. Celeridade no processo de construção das obras dos laboratórios que estão em andamento;

Ementa: encaminhar discussão para as mesas setoriais dos Centros.

k. Reforma e Reorganização das casas de vegetação do CCAAB;

Ementa: encaminhar discussão para a mesa setorial do CCAAB.

l. Melhoria do abastecimento e qualidade da água e energia elétrica no campus de Cruz das Almas, aliado a uma utilização racional da própria água do campus;

Ementa: encaminhar discussão para as mesas setoriais do CCAAB e do CETEC.

m. Segurança (Iluminação e Central de Monitoramento com câmeras, isolamento da área federal);

Ementa: encaminhar discussão para as mesas setoriais dos Centros.

n. Controle e Racionalização de todas as vias de acesso do campus de Cruz das Almas;

Ementa: encaminhar discussão para as mesas setoriais do CCAAB e do CETEC.

o. Controle emergencial e sistêmico de pragas (em solos, plantas, construções, etc.);

Ementa: encaminhar discussão para a mesa setorial do CCAAB.

p. Planejamento institucional urgente (Estabelecimento de Planos Diretores, Ambientais, Políticos, Infraestrutura, etc.).

Ementa: encaminhar discussão para as mesas setoriais dos Centros.